



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681479 - SP (2021/0227410-0)

**RELATOR** : MINISTRO RIBEIRO DANTAS  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : JOSE ROBERTO PETRONILO  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOSÉ ROBERTO PETRONILO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (*Habeas Corpus* n. 0033352-85.2019.8.26.0000).

O paciente, denunciado pela prática em tese do crime previsto no art. 157, § 2º, I, II e V, c/c o art. 29, ambos do Código Penal, teve determinada contra si a sua prisão preventiva para assegurar a aplicação da lei penal, haja vista o descumprimento de medidas cautelares aplicadas anteriormente no lugar de sua custódia provisória.

A impetrante sustenta a ilegalidade da ordem prisional, ao argumento de que não cabe "*prisão cautelar automática e obrigatória decorrente do não atendimento ficto de edital de intimação*" (e-STJ fl. 9). Afirma a desnecessidade e a ausência de contemporaneidade da medida, acrescentando, ainda, que não estão presentes os pressupostos do art. 312 do Código de Processo Penal.

Requer, liminarmente, a revogação da ordem de prisão preventiva com a expedição de contramandado. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a medida liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Extrai-se do acórdão impetrado (e-STJ fls. 99-101):

*A prisão cautelar, como sabido, é a exceção no nosso sistema jurídico, sendo regra a liberdade, até mesmo em observância ao princípio constitucional da presunção da inocência (CF de 1988, art. 5º, LXVI), sendo a prisão, ou manutenção da prisão, a exceção. E no caso examinado, respeitados doutos entendimentos em sentido contrário, vislumbra-se os motivos ensejadores da prisão preventiva, tal como prevista pelo artigo 312, parágrafo único, do CPP.*

*Não se poderia novamente contemplar com a liberdade o sujeito que - beneficiado com a liberdade provisória, ciente do trâmite dos processos que responde, inclusive do feito de origem, e por ele impetrados sucessivos 'habeas*

**corpus', indicado por ele, nesta petição inicial, que reside "no Estado de Minas Gerais, em área rural de difícil acesso", e ciente das medidas cautelares a ele aplicadas no precedente writ, além da possibilidade de novo decreto da prisão preventiva caso descumprisse as cautelares (art. 312, p. u., do CPP)- mantém-se em local incerto e não sabido, em claro obstáculo à aplicação da lei penal.**

Expressamente prevê o art. 312, parágrafo único, do CPP, que "a prisão preventiva também poderá ser decretada em caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas por força de outras medidas cautelares (art. 282, § 42)."

De toda propriedade a lição do eminente Des. Guilherme de Souza Nucci a respeito, anotando que "o sistema implantado pela Lei 12.403/2011, privilegiando a aplicação de medidas cautelares 'alternativas' à prisão cautelar gera ônus de fiel seguimento de suas regras. Não se pode abalar a credibilidade da Justiça, impondo-se medida cautelar diversa da prisão, por necessidade de crime grave, para que o réu não a cumpra, nem dê qualquer justificativa plausível a tanto. Por isso, preceitua o parágrafo único do art. 312 do CPP, como uma causa a mais para a decretação da preventiva, o descumprimento dessas medidas cautelares".

Nesse sentido: "Tem-se por válida a fundamentação utilizada pelo Tribunal de origem que entendeu inadequadas e insuficientes quaisquer das medidas cautelares contidas no art. 319 do Código de Processo Penal, notadamente porque o Custodiado se mostrou incapaz de cumprir medida distinta da prisão." (Superior Tribunal de Justiça, HC 243727/SC, 5ª Turma, Rel. Ministra Laurita Vaz, j. 28/08/12).

Finalmente, cumpre anotar que é certo que pende contra o paciente o cumprimento de mandado de prisão expedido nos autos do processo n. 0029502-11.2007.8.26.0625, também em trâmite perante a 1ª Vara Criminal de Taubaté, e que foi a ele denegada ordem de habeas corpus pela C. 4ª Câmara de Direito Criminal (HC n.º 0033350-18.2019, j. 10/09/19).

Contudo, a análise acerca da legalidade ou não da prisão processual deve se dar nos limites do feito em que decretada foi a custódia cautelar.

**E neste cenário, da análise das marchas processuais do processo de origem afere-se que não há como a autoridade impetrada dar cumprimento às medidas cautelares impostas por esta C. Corte na precedente impetração, eis que restou seguramente demonstrado que o paciente tem plena ciência do processo em que figura como réu e, mesmo assim, permanece em local incerto e não sabido, a dar ensejo, nos termos do art. 312, caput e parágrafo único, do CPP, ao**

***decreto da prisão preventiva pelo descumprimento das medidas cautelares impostas por este E. Tribunal de Justiça e por permanecer em local incerto e não sabido, o que demonstra ser a prisão necessária, no caso dos autos, para a garantia da aplicação da lei penal.***  
(Original sem destaques)

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI  
Vice-Presidente, no exercício da Presidência